



Demonstrações Contábeis

Tacchini & Saúde

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2025 E 31/12/2024

ATIVO

		Em R\$	
<u>Exercícios findos em:</u>	<u>NE</u>	<u>Exercícios:</u>	
		31.12.2025	31.12.2024
Ativo			
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>		103.055.744,48	95.334.132,08
Disponível	4	1.682.051,30	1.707.883,12
Realizável		101.373.693,18	93.626.248,96
Aplicações Financeiras	4	40.571.324,84	35.586.983,30
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		13.979.074,48	12.118.106,17
Aplicações Livres		26.592.250,36	23.468.877,13
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		22.799.996,98	22.546.437,21
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	5	22.566.173,41	22.295.731,83
Participações de Beneficiários em Eventos/Sini Indenizáveis	5	233.823,57	250.705,38
Créd Oper Assist à Saúde NÃO Relac c/ Planos Saúde Oper.	6	16.786.850,99	16.937.865,17
Créditos Tributários e Previdenciários		170.737,14	170.737,14
Bens e Títulos a Receber	7	20.666.964,05	18.046.327,60
Despesas Antecipadas		377.819,18	337.898,54
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>		260.785.662,52	216.280.679,83
Realizável a Longo Prazo		25.042.793,11	15.798.446,49
Títulos e Créditos a Receber	9	3.235.490,34	1.759.246,49
Depósitos Judiciais e Fiscais	8	2.124.941,38	1.545.792,65
Outros Creditos a Receber de Longo Prazo	9	19.682.361,39	12.493.407,35
Investimentos		619.385,33	524.512,19
Outros Investimentos		619.385,33	524.512,19
Imobilizado	10	232.202.000,80	197.570.334,68
Imóveis de Uso Próprio		137.621.243,24	137.600.494,92
Imóveis - Hospitalares/Odontologicos		137.621.243,24	137.600.494,92
Imobilizado de Uso Próprio		33.075.798,04	32.412.268,64
Imobilizado - Hospitalares/Odontologicos		33.075.798,04	32.412.268,64
Imobilizações em Curso		59.078.976,84	24.638.279,61
Outras Imobilizações		1.247.677,68	1.365.275,79
Direito de Uso de Arrendamentos		1.178.305,00	1.554.015,72
Intangível	11	2.921.483,28	2.387.386,47
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		363.841.407,00	311.614.811,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Documento assinado digitalmente
 **LEONARDO GIORDANI**
 Data: 27/02/2026 11:39:00-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEONARDO GIORDANI
 Presidente
 CPF – 689.283.510-49

ARILDO
 NADAL:67962815000
 Assinado de forma digital por
 ARILDO NADAL:67962815000
 Dados: 2026.02.25 11:43:30 -03'00'

ARILDO NADAL
 Contador - CRC/RS 55.579
 CPF - 679.628.150-00

SANDRA REGINA
 ODELI:79623387920
 2026.02.26 13:58:55
 -03'00'

SANDRA REGINA ODELI
 Atuária MIBA 1.209

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2025 E 31/12/2024

PASSIVO

Exercícios findos em:	NE	Em R\$	
		Exercícios:	
		31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO			
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>		102.307.474,14	88.107.099,42
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	26.736.047,49	22.080.366,01
Provisão de Prêmios /Contraprestação		8.340.350,88	7.283.107,06
Provisão de Prêmios /Contraprestação Não Ganha - PPCNG		8.340.350,88	7.283.107,06
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		411.869,44	368.122,72
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores		10.260.732,86	8.683.133,06
Provisão para Eventos /Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		7.723.094,31	5.746.003,17
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		14.117.411,50	2.725.836,86
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		235,92	2.204.731,97
Comercialização sobre Operações		41.916,79	102.268,54
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência Saúde		434.687,33	418.836,35
Debitos Operações Assit Saude Não Relacionados		13.640.571,46	0,00
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	6.580.598,09	6.560.635,23
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	5.113.961,37	4.612.292,39
Débitos Diversos	15	49.759.455,69	52.127.968,93
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>		121.963.301,94	80.487.087,05
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		1.303.263,31	1.205.767,13
Provisão de Eventos/ Sinistros a Liquidar para SUS	12	1.303.263,31	1.205.767,13
Provisões		7.579.201,17	6.640.463,06
Provisões para Ações Judiciais	16	7.579.201,17	6.640.463,06
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		138.417,64	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		42.176.867,23	13.176.133,51
Débitos Diversos	15	70.765.552,59	59.464.723,35
Patrimônio Social		139.570.630,92	143.020.625,44
Patrimônio Social	17	139.215.625,44	132.336.987,43
Reservas		3.805.000,00	3.805.000,00
Reservas de Reavaliação		3.805.000,00	3.805.000,00
Superávits/Déficits Acumulados		(3.449.994,52)	6.878.638,01
TOTAL DO PASSIVO		363.841.407,00	311.614.811,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Documento assinado digitalmente

LEONARDO GIORDANI

Data: 27/02/2026 11:43:24-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEONARDO GIORDANI

Presidente

CPF – 689.283.510-49

ARILDO

NADAL:67962815000

Assinado de forma digital por

ARILDO NADAL:67962815000

Dados: 2026.02.25 11:48:19

-03'00'

ARILDO NADAL

Contador - CRC/RS 55.579

CPF - 679.628.150-00

SANDRA REGINA

ODELI:79623387920

2026.02.26 14:04:01 -03'00'

SANDRA REGINA ODELI

Atuária MIBA 1.209

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2025 E 31/12/2024

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

		Em R\$	
Exercícios findos em:	NE	Exercícios:	
		31.12.2025	31.12.2024
Contraprestações Efetivas /Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		328.910.093,43	297.438.281,31
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	18	328.910.093,43	297.438.281,31
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos		328.910.093,43	297.436.068,03
Variação das provisões técnicas de Operações de Assistência a Saúde		-	2.213,28
Eventos Indenizáveis Líquidos /Sinistros Retidos	19	(256.846.097,87)	(227.275.911,31)
Eventos/ Sinistros Conhecidos ou Avisados		(254.869.006,73)	(226.529.038,34)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(1.977.091,14)	(746.872,97)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES C/ PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		72.063.995,56	70.162.370,00
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assist. à Saúde		17.903,79	3.609,53
Receitas de Assist. à Saúde NÃO Relac. c/ Planos de Saúde da Operadora	20	163.814.260,19	152.404.963,97
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		75.772.576,60	70.484.874,06
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)		83.869.883,13	79.913.156,60
Outras Receitas Operacionais		4.171.800,46	2.006.933,31
Outras Despesas de Operações com Plano de Assist. a Saúde		(1.399.993,32)	(1.053.381,33)
Outras Despesas de Operações de Plano de Assist. a Saúde		(347.354,40)	(360.366,50)
Programas de Promoção Saúde Prev e Riscos Doenças		(97.234,83)	-
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(955.404,09)	(693.014,83)
Outras Desp. Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	21	(209.597.697,31)	(193.720.716,32)
RESULTADO BRUTO		24.898.468,91	27.796.845,85
Despesas de Comercialização		(2.983.943,94)	(2.630.063,39)
Despesas Administrativas	22	(30.178.622,30)	(24.927.422,20)
Resultado Financeiro Líquido		1.113.845,19	2.501.283,59
Receitas Financeiras	23	8.905.817,85	6.326.236,95
Despesas Financeiras		(7.791.972,66)	(3.824.953,36)
Resultado Patrimonial		3.700.257,62	4.137.994,16
Receitas Patrimoniais		3.878.486,05	4.190.650,53
Despesas Patrimoniais		(178.228,43)	(52.656,37)
Resultado Antes dos Impostos e Participações		(3.449.994,52)	6.878.638,01
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		(3.449.994,52)	6.878.638,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Documento assinado digitalmente
LEONARDO GIORDANI
 Data: 27/02/2026 11:43:24-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEONARDO GIORDANI
 Presidente
 CPF – 689.283.510-49

ARILDO
 NADAL:67962815000

Assinado de forma digital por
 ARILDO NADAL:67962815000
 Dados: 2026.02.25 11:47:16
 -03'00'

ARILDO NADAL
 Contador - CRC/RS 55.579
 CPF - 679.628.150-00

SANDRA REGINA
 ODELI:79623387920
 2026.02.26 14:03:23 -03'00'

SANDRA REGINA ODELI
 Atuária MIBA 1.209



ASSOCIAÇÃO DR. BARTHOLOMEU TACCHINI

CNPJ: 87.547.444/0001-20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2025 E 31/12/2024

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - DRA

Contas	Em R\$	
	31.12.2025	31.12.2024
Superávit/Deficit do Exercício	(3.449.994,52)	6.878.638,01
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(3.449.994,52)	6.878.638,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Documento assinado digitalmente
LEONARDO GIORDANI
Data: 27/02/2026 11:43:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEONARDO GIORDANI
Presidente
CPF – 689.283.510-49

ARILDO
NADAL:6796281500
0

ARILDO NADAL
Contador - CRC/RS 55.579
CPF - 679.628.150-00

Assinado de forma digital por
ARILDO NADAL:67962815000
Dados: 2026.02.25 11:46:21
-03'00'

SANDRA REGINA
ODELI:79623387920
2026.02.26 14:06:07 -03'00'

SANDRA REGINA ODELI
Atuária MIBA 1.209



ASSOCIAÇÃO DR. BARTHOLOMEU TACCHINI

CNPJ: 87.547.444/0001-20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2025 E 31/12/2024

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPL

Contas	Em R\$			
	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldos em 31/12/2023	123.086.215,21	3.805.000,00	9.250.772,22	136.141.987,43
Incorporação ao Patrimônio Social	9.250.772,22	-	(9.250.772,22)	-
Superávit do Exercício	-	-	6.878.638,01	6.878.638,01
Saldos em 31/12/2024	132.336.987,43	3.805.000,00	6.878.638,01	143.020.625,44
Incorporação ao Patrimônio Social	6.878.638,01		(6.878.638,01)	-
Deficit do Exercício	-	-	(3.449.994,52)	(3.449.994,52)
Saldos em 31/12/2025	139.215.625,44	3.805.000,00	(3.449.994,52)	139.570.630,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Documento assinado digitalmente
LEONARDO GIORDANI
Data: 27/02/2026 11:39:00-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

LEONARDO GIORDANI
Presidente
CPF – 689.283.510-49

ARILDO
NADAL:67962815000

ARILDO NADAL
Contador - CRC/RS 55.579
CPF - 679.628.150-00

Assinado de forma digital por
ARILDO NADAL:67962815000
Dados: 2026.02.25 11:45:27
-03'00'

SANDRA REGINA
ODELI:79623387920
2026.02.26 14:01:48
-03'00'

SANDRA REGINA ODELI
Atuária MIBA 1.209

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2025 E 31/12/2024

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

Pelo Método Direto

Exercícios findos em:	Em R\$	
	Exercícios:	
	2025	2024
	31.12.2025	31.12.2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimentos de Planos de Saúde	336.870.000,00	307.143.620,00
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	262.254.636,33	240.366.161,69
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	4.789.920,00	2.801.380,00
(+) Outros Recebimentos Operacionais	163.569.223,55	144.900.215,01
(-) Pagamento a Fornecedores/Prest. Serviço Saúde	(279.058.452,31)	(203.224.590,00)
(-) Pagamento de Comissões	(3.772.666,87)	(3.279.892,27)
(-) Pagamento de Pessoal	(139.381.330,00)	(182.733.510,00)
(-) Pagamento de Serviços de Terceiros	(50.276.841,11)	(37.109.323,19)
(-) Pagamento de Tributos	(5.197.140,00)	(6.065.050,00)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(4.959.550,00)	(7.399.380,00)
(-) Pagamento de Aluguel	(251.761,46)	(221.164,45)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(1.237,00)	(81.772,37)
(-) Aplicações Financeiras	(255.290.799,52)	(237.769.089,92)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(10.509.423,51)	(8.888.620,00)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.784.578,10	8.438.984,50
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar	3.746,49	-
(+) Outros Recebimentos da Atividades de Investimento.	2.111.863,67	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hosp.	(45.266.679,96)	(11.547.870,00)
(-) Pagamento de Aquisição de Intangível	(1.249.990,49)	-
(-) Outros Pagamentos da Atividades de Investimento.	(94.873,14)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(44.495.933,43)	(11.547.870,00)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Recebimento - Empréstimos/Financiamentos	33.000.000,00	2.308.000,00
(-) Pagamento de Juros - Empr./Financ./Leasing	(3.378.936,49)	(1.961.392,77)
(-) Pqto. Amortização - Empr./Financ./Leasing	(3.935.540,00)	(3.624.072,03)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	25.685.523,51	(3.277.464,80)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(25.831,82)	(6.386.350,30)
CAIXA – Saldo Inicial	1.707.883,12	8.094.233,42
CAIXA - Saldo Final	1.682.051,30	1.707.883,12
Ativos Livres no Início do Período	25.176.760,25	26.774.568,30
Ativos Livres no Final do Período	28.274.301,66	25.176.760,25
Aumento/(diminuição) nas Aplic.Financ. - RECURSOS LIVRES	3.097.541,41	(1.597.808,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Documento assinado digitalmente
LEONARDO GIORDANI
Data: 27/02/2026 11:39:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ARILDO
NADAL:67962815000

Assinado de forma digital por
ARILDO NADAL:67962815000
Dados: 2026.02.25 11:44:35
-03'00'

SANDRA REGINA
ODELI:79623387920
2026.02.26 14:00:59
-03'00'

LEONARDO GIORDANI
Presidente
CPF – 689.283.510-49

ARILDO NADAL
Contador - CRC/RS 55.579
CPF - 679.628.150-00

SANDRA REGINA ODELI
Atuária MIBA 1.209

ASSOCIAÇÃO DR. BARTHOLOMEU TACCHINI
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO DR. BARTHOLOMEU TACCHINI (“Associação”) é uma entidade hospitalar, fundada em 20 de setembro de 1924, com sede em Bento Gonçalves – RS, proprietária do Hospital Dr. Bartholomeu Tacchini tem por objeto social operacionalizar plano de saúde próprio; manter e administrar hospitais no Município ou fora dele e outros estabelecimentos afins; prestar assistência médico-hospitalar aos doentes de acordo com suas características assistenciais, obedecendo ao princípio da universalidade do atendimento; realizar ações voltadas à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social na área da saúde; realizar pesquisas em saúde e implantar e manter programa de residência médica e multiprofissional na forma das regulamentações pertinentes.

Para a realização de seus objetivos sociais, a Associação poderá celebrar convênio, parceria e contratos de gestão com Entidades de direito público ou privado compatíveis com suas finalidades, exercer atividades relativas à operação de assistência à saúde, bem como ações necessárias à prevenção da doença e à recuperação, manutenção e reabilitação da saúde, utilizando-se de rede própria, contratada ou credenciada.

Poderá ainda desenvolver atividades relacionadas à segurança e medicina do trabalho visando a proteção da integridade física dos trabalhadores, à promoção da saúde, prestar serviços técnicos e de assessoria na área da saúde.

O Plano de Saúde Tacchimed está devidamente estruturado conforme legislação vigente, Lei nº 9.656/98, e registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob nº 34.255-6.

1.1 Imunidades Tributárias

Os valores usufruídos derivados do referido direito constitucional, fruto das contribuições sociais: Cofins, CSLL, Cota patronal e terceiros, bem como o PIS, não recolhidos ao Estado são demonstrados como se devidos fossem na nota explicativa 25.

A Associação também é regulada pela Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre certificação das entidades beneficentes de assistência social, no que tange aos procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da CF/88, tendo esta indicação, demonstrada em seu Art. 3º, de que entidades beneficentes que atuem nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, certificadas nos termos desta Lei Complementar, farão jus a imunidade tributária § 7º do art. 195 da CF/88.

Nos termos da citada Lei Complementar, o Certificado das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) e as imunidades de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de

prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Lei.

Para ter direito a imunidade a pessoa jurídica deve, dentre outros, atender os seguintes requisitos:

I. Apresentar certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

II. Conservar, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;

III. Prevejam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas.

Adicionalmente, nos termos do regulamento, para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a Associação deverá, alternativamente:

I. prestar serviços ao SUS;

II. prestar serviços gratuitos;

III. atuar na promoção à saúde.

IV. Ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS;

Esta nova Lei Complementar, revogou a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e foi regulamentada pelo Decreto 11.791/2023

A imunidade tributária da Associação também é garantida nos termos do artigo 14 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966).

Em cumprimento ao artigo 14 da Lei nº 5.172/1966, a Associação:

I. Não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II. Aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III. mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

A Associação declara estar em conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como do órgão regulador ANS.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que compreendem a legislação societária, as orientações, interpretações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quando referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

As demonstrações financeiras obedecem à classificação contábil prevista na Resolução Normativa ANS 528/2022 e foram elaboradas de acordo com as especificações do tópico 6 - Demonstrações Financeiras do Capítulo I - Normas Gerais e Capítulo III - Modelo de Publicação, desta norma. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Associação na sua gestão.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Associação na sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras teve como objetivo essencial traduzir nas estruturas das demonstrações financeiras, as principais e fundamentais características quantitativas e qualitativas, notadamente, a Relevância, a Materialidade, a Comparabilidade, a Tempestividade e a Compreensibilidade.

A Associação apresenta também, na nota explicativa nº 26, a Demonstração do Resultado do Exercício, observando os critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento e de estruturação, contendo informações mínimas para fins de divulgação, conforme previsto na Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprovou o ITG 2002 (R1) - Associação sem Finalidade de Lucros

b) Continuidade

A Associação não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional.

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

d) Autorização para emissão e divulgação

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada peloa Superintendência Executiva Diretor Executivo juntamente com o Conselho Fiscal em 25 de fevereiro de 2026.

e) Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Administração e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem

divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 3 “e” , 3 “f” e 3 “g”

- Provisão de Depreciação/Amortização - reconhecimento e mensuração conforme custo de aquisição e calculado pelo método linear;
- Provisão Para Perda Por Redução ao Valor Recuperável de Ativos - reconhecimento de possíveis perdas de unidades geradoras de caixa deficitárias, conforme CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

Nota explicativa nº 3 “i”:

- Provisão para perdas sobre créditos - reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.

Nota explicativa nº 12:

- Provisões para eventos a liquidar para o SUS - reconhecimento e mensuração do passivo relacionado a eventuais atendimentos de seus beneficiários no Sistema Único de Saúde.
- Provisões para eventos ocorridos e não avisados (PEONA e PEONA SUS) - reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços.

Nota explicativa nº 16:

- Provisões para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências com base nas perdas prováveis estimadas de saída de recursos.

f) Moeda funcional e de apresentação

Apresentadas em moeda corrente nacional, denominada Real que é a moeda funcional da Associação.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Associação aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Disponível

Disponíveis são os saldos denominados caixa e equivalentes de caixa que incluem caixa, banco conta depósito e aplicações financeiras de liquidez imediata, com vencimentos originais em até três meses, com risco insignificante de mudança de valor e que visam a atender compromissos de curto prazo.

b) Aplicações financeiras

Incluem aplicações financeiras resgatáveis no prazo contratado e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são apresentadas como ativo circulante, exceto aquelas com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

As aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas estão destinadas a cobrir os riscos assistenciais, caso estes se traduzam em despesas. Os recursos aplicados nesses ativos obedecem aos limites percentuais pré-definidos pela ANS, bem como a aceitação, a diversificação e porte da operadora de plano de saúde, de acordo com a sua natureza e riscos inerentes. As aplicações financeiras garantidoras são classificadas em curto prazo.

As demais aplicações financeiras, livres de vinculação exigida pela ANS, estão representadas substancialmente por valores mantidos em títulos de renda fixa e fundos de investimento que priorizam a segurança e liquidez nos investimentos, tendo como premissa a aplicação desses recursos em Instituições de primeira linha.

c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal e deduzidos da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, após análise individual efetuada pela Administração.

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde têm sua contrapartida segregada da seguinte forma:

Preços preestabelecidos: Transitam pela conta de Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG), no passivo circulante e, posteriormente, para a conta de receita de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde, de acordo com o período de cobertura do risco.

Os valores eventualmente recebidos antes do período de cobertura estão registrados no passivo circulante, em conta específica de obrigações de contraprestações recebidas antecipadamente.

d) Bens e Títulos a receber

Os créditos com bens e títulos a receber são operações mensuradas no curto prazo para registrar operações de aquisições de estoques, adiantamentos a funcionários e fornecedores, aluguéis a receber e cheques e ordens a receber.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção e estão demonstrados já deduzidos da depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado inclui também os gastos diretamente atribuíveis a aquisição dos itens e podem incluir os custos dos empréstimos com aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício que ocorreu a transação.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo que os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada balanço, e ajustados se necessário.

Em conformidade com o laudo emitido internamente, a taxa média de depreciação dos ativos imobilizados ao ano corresponde a:

Conta	<u>% Médio/Ano</u>
Aparelhos, máquinas e equipamentos hospitalares	10,5810,60
Benfeitoria em propriedade de terceiro	12,00
Benfeitoria em propriedade própria	7,29
Edifícios	5,90
Instrumental Cirúrgico	10,28
Móveis e utensílios	10,9111,43
Tecnologia da Informação – equipamentos	17,5015,00
Veículos	13,99

f) Intangíveis

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Associação são mensurados pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Tais custos podem ser mensurados com segurança e confiabilidade e resultam de direitos contratuais ou de outros direitos legais. A administração também julga como provável que os benefícios econômicos futuros, esperados e atribuíveis ao ativo, serão gerados em favor da Associação.

A Associação, na data das demonstrações financeiras, avalia a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros dos ativos classificados como intangíveis, utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representam a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Quando os valores esperados não se realizam a Associação constitui uma provisão de perda pela parcela não realizada e revê anualmente a expectativa de rentabilidade futura. Caso se verifique que esse ativo não gerará benefício econômico futuro, caberá à administração a decisão pela baixa.

(ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo que os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço, e ajustados se necessário. Em conformidade com o laudo emitido internamente, a taxa média de amortização do intangível ao ano corresponde a:

Conta	% Médio/Ano
Tecnologia da Informação – software	20,0012,08

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em UGC's (Unidades Geradoras de Caixa), dessa forma, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor da UGC exceder o seu valor recuperável.

h) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos e mensurados de acordo com os requerimentos do CPC 48 a partir do exercício de 2023 conforme estabelece a RN 472/2021. De acordo com o CPC 48, a classificação dos ativos financeiros deve ser realizada através de uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais e do respectivo modelo de negócios para a gestão desses ativos.

As três categorias para classificação dos ativos financeiros são: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao custo amortizado e referido em cada dos instrumentos listados na sequência.

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos e mensurados em conformidade com os requerimentos do CPC 48, a partir do exercício de 2023, conforme estabelece a RN 472/2021. De acordo com o CPC 48, a classificação dos ativos financeiros deve ser realizada mediante uma análise conjunta das características dos fluxos de caixa contratuais e do respectivo modelo de negócios adotado para a gestão desses ativos.

As três categorias de classificação dos ativos financeiros são:

- (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- (iii) mensurados ao custo amortizado

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros não derivativos compreendem disponível, aplicações financeiras, créditos de operações com planos de assistência à saúde e créditos de operações assistenciais à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora.

Reconhecimento inicial e desreconhecimento

A Associação reconhece seus recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Disponível

São classificadas como disponível, as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor se, e somente se, existirem indicativos reais de que serão destinados a atender a compromissos de caixa de curto prazo. Usualmente, o fluxo de caixa da Associação movimenta os recursos diários originados na própria operação. Contudo, em alguns períodos do mês necessita resgatar parte das aplicações financeiras, devido a concentração de obrigações em determinadas datas e parte dos recebíveis com fluxo de ingresso ao final do mês. Esses resgates para a operação são repostos ao final do mês ou, no máximo, no mês seguinte.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros são designados como valor justo por meio do resultado, se a Associação gerenciar esses investimentos e tomar decisões de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de riscos. Os ativos financeiros ao valor justo, por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas são reconhecidas no resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados para determinar a existência de evidência de perda na data de elaboração das demonstrações financeiras. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas apenas se houver evidência objetiva de que o valor tenha diminuído como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial, afetando os fluxos de caixa futuros estimados para esse ativo.

As demonstrações financeiras incluem também estimativas e premissas, revisadas de forma contínua pela Administração, considerando a mensuração de Provisões para perdas sobre créditos (PPSC) adotando os critérios estabelecidos pela ANS, na RN 528-2022, item 10.2.3 do Anexo Capítulo 1 - Normas Gerais

I. Planos de saúde individuais com preço preestabelecido: havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato, há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.

II. Para todos os demais planos de saúde: havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato, há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.

III. Para os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da própria operadora: havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato, há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial, desreconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação quando a Associação se torna parte da relação contratual do instrumento. Os passivos financeiros, são mensurados pelo custo amortizado e as alterações nele contidas, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidas no resultado. Outros passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados ao custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros da Associação são classificados como Débitos de operações de assistência à saúde relacionadas e não relacionadas com planos de saúde, débitos diversos e empréstimos. A Associação desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são finalizadas, canceladas ou expiram.

i) Apuração do resultado

As receitas com operação de assistência à saúde são provenientes de uma transação geralmente acordada entre a Associação e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidos pela Associação ao comprador.

Demais receitas e despesas das operações são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência.

Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora: as receitas são originárias, principalmente, de prestação de serviços médico-hospitalares realizados nas unidades hospitalares da Associação ao Sistema Único de Saúde - SUS e a convênios diversos, sejam eles próprios ou credenciados.

Eventos/Sinistros conhecidos ou avisados: são todas as despesas incorridas com o beneficiário do plano comercializado ou disponibilizado pela Associação, correspondentes à cobertura de riscos relativos a custos médico-hospitalares, decorrentes do atendimento dos beneficiários.

Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da operadora:

Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da Associação, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA). O cálculo dessa provisão é apurado conforme

metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em nota técnica atuarial de provisões (NTAP), devidamente aprovada pela DIOPE/ANS.

A contabilização da despesa pelo atendimento em rede própria da Associação ocorre de acordo com o critério utilizado pela Associação para o rateio dos custos da rede assistencial própria, conforme nota explicativa nº 28.

j) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas nas contas de resultado de Incentivos Governamentais e demais Incentivos públicos quando há razoável segurança de que foram cumpridas pela Associação todas as condições estabelecidas pelo doador concedente (Governo ou terceiro) em contrapartida aos repasses de recursos ou concessão de benefícios. Os valores são registrados como receita para confrontar com a despesa que a subvenção ou incentivo governamental teria incorrido ou que pretende compensar em conformidade com a NBC TG 07(R2), que diz respeito à subvenção e assistência governamentais.

As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, bem como suas respectivas despesas foram registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da Associação.

k) Outros ativos e passivos

Demonstrados pelo valor nominal acrescido, quando aplicável, dos encargos correspondentes e das variações monetárias incorridas. Os ativos e passivos são classificados como Circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como Não Circulante.

l) Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais, medicamentos e insumos para serem utilizados nas operações dos hospitais e serviços próprios da Associação, e estão divulgados como Bens e títulos a receber. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado, sendo avaliado com base no custo histórico para formação do valor consumido, acrescido também dos gastos com transporte e impostos incidentes. A Associação realiza procedimento anual de análise da obsolescência dos estoques, bem como realiza controle recorrente da validade dos medicamentos, excluindo-os e baixando-os do estoque, quando estimado necessário.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: a Associação tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado; for provável que será necessária uma saída de recurso que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

(i) Provisão para ações judiciais

Estão relacionadas ao reconhecimento de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e são constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, e a avaliação da Administração sobre a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores da mesma complexidade e o posicionamento dos tribunais; sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma

provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas, e os classificados como perda remota não são reconhecidos nem divulgados nas demonstrações financeiras.

(ii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

PEONA: A Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já tenham ocorridos e que não tenham sido avisados a operadora e, conseqüentemente, não registrados contabilmente. O cálculo atuarial realizado preparado por consultoria externa, é realizado com base em triângulos *de run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses e, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

PEONA-SUS: A Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados - SUS é calculada a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados de beneficiários do plano que utilizaram o SUS. Esta estimativa é fornecida mensalmente pela ANS.

PESL: A Provisão de Eventos a Liquidar é constituída com montante de eventos/sinistros já ocorridos e avisados, mas que ainda não foram pagos pela operadora e deverá ser constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, bruto de qualquer operação de resseguro, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.

PPCNG: Provisão de prêmio/contraprestação não ganha é uma provisão referente à parcela de prêmio/contraprestação cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu, ou seja, ainda decorrerá. A Associação primeiramente registra as contraprestações no passivo circulante e, posteriormente, para a conta de receita de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde, de acordo com o período de cobertura do risco já decorrido naquele mês *pro rata dia*.

n) Demonstração de Fluxo de Caixa

A elaboração do fluxo de caixa, para fins de publicação, está demonstrada pelo método direto. A conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais pelo Método Indireto ocorreu e foi demonstrado, separadamente na nota explicativa nº 27.

o) Critério utilizado pela operadora para rateio dos custos da rede assistencial própria

A Associação possui rede assistencial (ambulatórios, consultórios, hospitais etc.) em sua estrutura patrimonial, operando no mesmo CNPJ. Para apropriação dos custos incorridos com os atendimentos dos beneficiários do plano de saúde, utiliza um sistema de custeio que permite a apuração dos custos unitários dos serviços prestados e aloca à despesa assistencial em rede própria pela quantidade de serviços prestados aos mesmos, no mês.

p) Adoção de alterações e de novos pronunciamentos contábeis

Normas novas e revisadas ainda não vigentes já emitidas e não aprovadas pela ANS:

As seguintes normas e interpretações de normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis/CPC, mas não foram aprovadas pela ANS para entrar em vigor no exercício de 2025 como práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Associação está avaliando os impactos da sua adoção:

- IFRS 17/CPC 50 – Contrato de seguros;
- Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores.

Normas emitidas ainda não aplicáveis:

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis/CPC para entrar em vigor no exercício de 2025 e anos posteriores como práticas contábeis adotadas no Brasil. Após a aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Cooperativa avaliará os impactos da sua adoção:

- Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras;
- IFRS 19 - Subsidiárias sem obrigação pública: divulgação.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo para a Associação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Associação optou por não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida. A seguir serão listadas as IFRS novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

- IFRS 17/CPC 50 – Contrato de Seguros;
- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto;
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;
- Alterações à IAS 1 - Passivo Não Circulante com Covenants;
- Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 - Acordos de Financiamento de Fornecedores;
- Alterações à IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”.

As normativas foram avaliadas pela Administração da Associação, não havendo impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como para novos pronunciamentos emitidos e em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, a Administração aplicará a partir do momento em que forem aprovadas pela ANS, e para as aprovadas, a Administração vem fazendo acompanhamento, concluindo que não haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Associação.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo para a Associação.

4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Disponível

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Conta		
Caixa	90.632,62	185.820,20
Banco Conta Depósito (a)	<u>1.591.418,68</u>	<u>1.522.062,92</u>
Total	<u>1.682.051,30</u>	<u>1.707.883,12</u>

a) O saldo financeiro disponível em banco conta depósito se destina ao pagamento das despesas operacionais diversas.

4.2. Aplicações financeiras

A composição das aplicações financeiras é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Tipo de Aplicação		
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	13.979.074,48	12.118.106,17
Cotas de fundos de investimentos dedicados à Saúde Suplementar (a)	7.260.653,07	6.355.377,16
Títulos Públicos Federais	6.718.421,41	5.762.729,01
Aplicações Livres	26.592.250,36	23.468.877,13
Depósitos a prazo - CDB/RDB	<u>26.592.250,36</u>	<u>23.468.877,13</u>
Total	<u>40.571.324,84</u>	<u>35.586.983,30</u>

a) A Associação mantém a constituição, vinculação e custódia de ativos garantidores das provisões técnicas de acordo com a RN 521/2022 e suas alterações posteriores. Em dezembro de 2025, o montante de ativos garantidores vinculados à ANS está garantindo os seguintes passivos: Provisão de Eventos a Liquidar avisados há mais de 30 dias para a operadora e Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados. Conforme previsto na RN 521/2022 da ANS e suas alterações posteriores, foram deduzidos os depósitos judiciais referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos.

Compõem o valor no Curto Prazo R\$ 26.736.047,49 em 31/12/2025 e R\$ 22.080.366,01 em 31/12/2024. No Longo Prazo R\$ 1.303.263,31 em 31/12/2025 e R\$ 1.205.767,13 em 31/12/2024.

Contas	31.12.2025	31.12.2024
Peona - Outros prestadores	7.404.627,65	5.342.948,17
Peona – SUS	318.466,66	403.055,00
PESL até 60 dias	10.242.863,09	8.669.656,65
PESL maior 60 dias	17.869,77	13.476,41
PESL SUS Parcelamento	-	-
PESL c/ Dep. Judicial	1.184.099,82	1.156.433,10
PESL SUS GRU vencidos em até 5 anos	-	2.833,25
PESL SUS GRU vencidos há mais de 5 anos	119.163,49	112.779,04
PESL SUS (%hc x ABI)	411.869,44	301.844,46
PPCNG	8.340.350,88	7.283.107,06
Total Provisões Técnicas	28.039.310,80	23.286.133,14
Passivo Circulante	26.736.047,49	22.080.366,01
Passivo Não Circulante	1.303.263,31	1.205.767,13
Total	28.039.310,80	23.286.133,14

Necessidade de lastro	31.12.2025	31.12.2024
Peona - Outros prestadores	7.404.627,65	5.342.948,17
Peona – SUS	318.466,66	403.055,00
PESL até 60 dias	10.242.863,09	8.669.656,65
PESL maior 60 dias	17.869,77	13.476,41
PESL SUS GRU vencidos em até 5 anos	-	2.833,25
Total	17.983.827,17	14.431.969,48

Sem necessidade de lastro	31.12.2025	31.12.2024
PESL SUS Parcelamento	-	-
PESL c/ Dep. Judicial	1.184.099,82	1.156.433,10
PESL SUS GRU vencidos há mais de 5 anos	119.163,49	112.779,04
PESL SUS (%hc x ABI)	411.869,44	301.844,46
PPCNG	8.340.350,88	7.283.107,06
Total	10.055.483,63	8.854.163,66

Vinculação do Ativo Garantidor

Para a parcela das provisões com necessidade de lastro a RN 521/2022 e suas alterações determina que uma parte dos ativos garantidores estejam vinculados à ANS conforme abaixo.

Provisão técnica com Necessidade de vinculação à ANS

	31.12.2025	31.12.2024
Peona - Outros prestadores	7.404.625,65	5.342.948,17
Peona – SUS	318.466,66	403.055,00
PESL maior 60 dias	17.869,77	13.476,41
PESL SUS GRU vencidos em até 5 anos	-	2.833,25
Total	7.740.964,08	5.762.312,83

Provisão Técnica sem necessidade de vinculação à ANS

	31.12.2025	31.12.2024
PESL até 60 dias	10.242.863,09	8.669.656,65
Total	10.242.863,09	8.669.656,65

Os ativos garantidores estão assim alocados:.

	31.12.2025	31.12.2024
Total de Ativos Garantidores	17.953.957,43	16.092.989,12
Ativos Garantidores Vinculados	11.235.536,02	10.330.260,11
Cotas de fundos de investimentos dedicados à Saúde Suplementar	7.260.653,07	6.355.377,16
Imóvel Assistencial	3.974.882,95	3.974.882,95
Ativos Garantidores Não Vinculados	6.718.421,41	5.762.729,01
Títulos Públicos	6.718.421,41	5.762.729,01

i) As subvenções governamentais recebidas e não gastas são aplicadas em aplicações de curto prazo e alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

ii) As demais aplicações financeiras, livres de vinculação exigida pela ANS, estão representadas substancialmente por valores mantidos em títulos de renda fixa e fundos de investimento que priorizam a segurança e liquidez nos investimentos, tendo como premissa a aplicação desses recursos em Instituições de primeira linha.

iii) As aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários referem-se a CDBs/CDI's e Fundos de Investimento aplicados em Instituições Financeiras de primeira linha, priorizando segurança e liquidez. Os CDBs/CDI's possuem cláusulas de resgate antecipado sem perda significativa do valor aplicado.

iv) Aplicações financeiras por faixa de vencimento:

Tipo de Aplicação	Até 3 meses	Até 12 meses	Até 60 meses	Acima 60 meses
Depósitos a prazo - CDB/RDB	195.032,36		14.083.993,53	-
Contas de Poupança	135.136,89	-	-	-
Cotas de fundo de investimentos	7.260.653,07	-	9.109.802,49	-
Fundos Dedicados a Saude Suplementar	-	2.991.126,53	-	-
Títulos Públicos Federais	-	-	6.795.579,97	-
Totais	7.590.822,32	2.991.126,53	29.989.375,99	-
TOTAL GERAL				40.571.324,84

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	31/12/2025	31/12/2024
Contas		
Contraprestação Pecuniária a Receber		
Faturas a Receber - Coletivo (a)	12.458.266,87	11.860.677,12
(-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (Faturas a Receber - Coletivo) (c)	(860.789,62)	(616.760,47)
Faturas a Receber - Individual (a)	12.865.517,47	12.264.495,06
(-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (Faturas a Receber - Individual) ©	(1.902.110,54)	(1.212.679,88)
Faturas a Receber (coletivo - Plano POS)	5.289,23	
Total Contraprestação Pecuniária a Receber	22.566.173,41	22.295.731,83
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados (b)	494.467,84	491.946,30
(-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (c)	(260.644,27)	(241.240,92)
Total Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados	233.823,57	250.705,38

a) Faturas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal, em contrapartida aos resultados de contraprestações efetivas de operação de planos de assistência à saúde.

Os saldos são assim compostos:

<u>Faturas a Receber (Coletivo)</u>	31/12/2025	31/12/2024
a vencer	10.691.709,50	9.063.261,93
Vencidos de 1 a 30 dias	713.079,62	2.024.338,35
Vencidos de 31 a 60 dias	207.634,84	166.270,61
Vencidos de 61 a 90 dias	45.004,49	33.816,01
Vencidos a mais de 90 dias	800.838,42	572.990,22
Total	12.458.266,87	11.860.677,12
 <u>Faturas a Receber (Individual)</u>	 31/12/2025	 31/12/2024
a vencer	10.185.126,47	9.740.882,43
Vencidos de 1 a 30 dias	744.742,93	1.247.231,18
Vencidos de 31 a 60 dias	248.467,39	191.017,06

Vencidos de 61 a 90 dias	105.984,92	67.274,62
Vencidos a mais de 90 dias	1.581.195,76	1.018.089,77
Total	12.865.517,47	12.264.495,06

<u>Faturas a Receber (Individual)</u>	31/12/2025	31/12/2024
a vencer	5.289,23	-
Total	5.289,23	-

- b) A contraprestação a receber referente a participação dos beneficiários em eventos indenizados refere-se à coparticipação de assistência médico-hospitalar e a eventuais reembolsos de gastos com atendimentos realizados pelos beneficiários.

Os saldos são assim compostos:

<u>Participações</u>	31/12/2025	31/12/2024
a vencer	196.274,00	200.878,81
Vencidos de 1 a 30 dias	60.204,96	30.691,71
Vencidos de 31 a 60 dias	22.765,20	23.516,01
Vencidos de 61 a 90 dias	3.333,75	9.588,61
Vencidos a mais de 90 dias	211.889,93	227.271,16
Total	494.467,84	491.946,30

- c) As provisões para perdas de créditos são registradas em conformidade com as normas da ANS e constituída para fazer frente às possíveis perdas relativas aos créditos que a Operadora estima que não irá receber. Nos planos individuais com preço pré-estabelecido em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada. Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.

6. CRÉDITO DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Contas	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contas a Receber Prest. Serviço Médico Hosp. (a)	18.087.926,40	17.840.389,76
(-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (b)	<u>(1.301.075,41)</u>	<u>(902.524,59)</u>
Total	<u>16.786.850,99</u>	<u>16.937.865,17</u>

a. O saldo é assim composto:

Contas	31/12/2025	31/12/2024
Operadoras de Cartão de Crédito e Débito	1.305.745,52	1.090.059,65
Instituto de Previdência do Estado do RS – IPE	5.407.446,49	4.590.113,31
Sistema Único do Saúde – SUS	2.951.293,60	1.245.394,76
Créditos da Contratualização a Receber	3.955.518,64	5.329.166,48
Clientes Particulares a Receber	491.552,05	1.069.646,97
Convênios Empresas a Receber	3.642.221,86	4.118.967,67
Casa de Repouso a Receber	334.148,18	397.040,92
Total	<u>18.087.926,34</u>	<u>17.840.389,76</u>

b. Provisões para perdas sobre créditos dos serviços médico-hospitalares, elaborados conforme nota explicativa nº 3h(i). A idade de saldo das provisões está demonstrada no quadro a seguir:

Prazos	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	15.857.510,00	12.442.749,76
Vencidos de 1 a 90 dias	1.978.633,26	4.309.951,29
Vencidos de 91 a 180 dias	97.009,85	367.208,76
Vencidos há mais de 181 dias	154.773,23	720.480,95
Total	<u>18.087.926,34</u>	<u>17.840.390,76</u>

7. BENS E TÍTULOS A RECEBER

Contas	31/12/2025	31/12/2024
Estoques (a)	13.915.944,50	10.661.964,60
Adiantamentos	3.132.342,26	3.568.246,52
Títulos a Receber	3.386.809,47	3.471.933,26
Outros Créditos ou Bens a Receber	231.867,82	344.183,22
TOTAL	<u>20.666.964,05</u>	<u>18.046.327,60</u>

- a) Os estoques são compostos principalmente por materiais e medicamentos hospitalares. São demonstrados ao custo médio de aquisição. Estão localizados no Hospital Tacchini Bento Gonçalves, no Hospital Tacchini Carlos Barbosa e na Casa de Repouso Elisa Tramontina.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Contas	31/12/2025	31/12/2024
Ressarcimento ao SUS	1.303.263,31	849.825,73
Fiscais - Tributos	291.081,49	287.055,33
Cíveis	391.614,14	297.980,75
Trabalhistas	138.982,44	110.930,84
Total	<u>2.124.941,38</u>	<u>1.545.792,65</u>

Depósitos judiciais em ações fiscais, tributárias, trabalhistas e cíveis os depósitos judiciais são realizados principalmente por determinação legal que permita à Associação seguir com recursos para continuidade da discussão processual.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO

Valor referente a ganho de causas judiciais com trânsito em julgado, cujos precatórios já foram emitidos, conforme tabela abaixo:

Contas	31/12/2025	31/12/2024
Crédito Univates – Parceria Curso Medicina (a)	19.682.361,39	12.493.407,35
Créditos em Cobrança Judicial	5.236.739,62	3.154.746,60
Recursos Glosas	449.513,50	683.458,42
(-) Provisão de Perdas sobre Créditos	(2.450.762,78)	(2.078.958,53)
Total	<u>22.917.851,73</u>	<u>14.252.653,84</u>

- a) Trata-se de crédito decorrente do Convênio de Parceria para Implantação do Curso de Medicina em Bento Gonçalves/RS com a Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – Fundação UNIVATES em garantia de aportes realizados pela mesma como contrapartida para disponibilidade da área física para o referido curso por esta Associação.

10. IMOBILIZADO

Contas	31/12/2023	Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência	31/12/2024
Prédios	102.287.898,45	29.851.730,00	-	(2.221.853,73)	1.035.319,39	130.953.094,12
Terrenos	7.399.701,61	-	-	-	(752.300,81)	6.647.400,80
Instalações	2.459.149,76	362.869,96	(946,04)	(321.423,84)	197.654,99	2.697.304,83
Equipamentos médicos	23.187.381,77	3.521.229,42	(652.065,88)	(4.206.741,62)	1.510.483,80	23.360.285,56
Equipamentos de informática	2.073.259,03	975.766,14	(13.484,28)	(965.941,14)	298.629,35	2.368.231,07
Móveis e utensílios	5.271.574,96	683.325,12	(27.272,98)	(653.153,51)	(1.390.751,74)	3.883.721,85
Veículos	93.555,88	29.000,00	(10.688,00)	(9.142,57)	-	102.725,31

Imobilizações em andamento (a)	16.043.768,33	11.139.740,87	(2.008.962,98)	-	(536.266,61)	24.638.279,61
Outras imobilizações	1.388.373,90	-	-	(30.493,11)	7.395,00	1.365.275,79
Direito de uso de arrendamentos (b)	3.017.338,46	711.687,86	(76.532,93)	(1.697.900,73)	(400.576,94)	1.554.015,72
TOTAL	163.222.002,15	47.275.349,37	(2.789.953,09)	(10.106.650,25)	30.413,57	197.570.334,68

Contas	31/12/2024	Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência	31/12/2025
Prédios	130.953.094,12			(2.460.498,95)	2.481.247,27	130.973.842,44
Terrenos	6.647.400,80				-	6.647.400,80
Instalações	2.697.304,83	164.076,91	(2.260,51)	(357.646,94)	266.148,39	2.767.622,68
Equipamentos médicos	23.360.287,55	2.452.926,38	12.758,62	(4.332.710,34)	2.202.655,12	23.696.352,95
Equipamentos de informática	2.368.229,10	653.398,26	(10.564,01)	(896.191,39)	346.459,51	2.461.331,53
Móveis e utensílios	3.883.721,85	606.894,08	(104.325,01)	(683.135,12)	374.675,86	4.077.831,66
Veículos	102.725,31	-	(19.500,74)	(10.607,38)	-	72.617,19
Imobilizações em andamento (a)	24.638.279,61	41.876.704,78	(1.445.962,77)	-	(5.990.044,78)	59.078.976,84
Outras imobilizações	1.365.275,79		(89.119,42)	(28.478,69)	-	1.247.677,68
Direito de uso de arrendamentos (b)	1.554.015,72	1.884.609,42	(530.189,51)	(1.730.130,63)	-	1.178.305,00
TOTAL	197.570.334,68	47.638.609,83	(2.189.164,59)	(10.499.399,44)	(318.858,63)	232.201.958,77

a) Em imobilizações em andamentos estão reconhecidos os gastos com a obra em construção do hospital do Tacchimed, com área total de 29.000 m², contará com cinco andares de subsolo para o estacionamento, mall e oito andares onde serão realizadas atividades hospitalares e ambulatoriais, além do prédio de engenharias e também das aquisições dos equipamentos para o novo Hospital Dia – Medical Center, que contara com área de diagnósticos por imagem, laboratório e centro cirúrgico ambulatorial.

b) Ativos de direito de uso:

<u>Descrições</u>	<u>Vida útil (anos)</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Edificações	3	4.595.710,70	3.383.193,25
Máquinas e equipamentos	2	3.168.084,22	3.026.181,76
Total		<u>7.763.794,92</u>	<u>6.409.375,01</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.017.338,46
Remensuração Contrato	599.295,25
(+) Novos contratos	81.809,29
(-) Encerramento contrato	448.189,00
(-) Depreciação	1.696.238,28
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.554.015,72
Remensuração Contrato	1.262.328,16
(+) Novos contratos	104.322,73
(-) Encerramento contrato	12.230,98
(-) Depreciação	1.730.130,63
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.178.305,00

11. INTANGÍVEL

Ativo intangível	31/12/2023	Aquisições	Baixa	Amortização	Transferência	31/12/2024
Sistema computação	2.403.141,06	499.616,32	-	(590.924,65)	30.413,55	2.342.246,31
Outros ativos Intangíveis	28.347,16	16.793,00	-	-	-	45.140,16
TOTAL	2.431.488,22	516.409,32	-	(590.924,65)	30.413,55	2.387.386,47

Ativo intangível	31/12/2024	Aquisições	Baixa	Amortização	Transferência	31/12/2025
Sistema computação	2.342.246,31	906.325,86	-	(693.397,68)	318.858,63	2.874.033,12
Outros ativos Intangíveis	45.140,16	2.310,00	-	-	-	45.450,16
TOTAL	2.387.386,47	908.635,86	-	(693.397,68)	318.858,63	2.921.483,28

12. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

São registradas observando o princípio de competência, lastreadas, quando exigido, por ativos garantidores vinculados em favor da ANS.

Contas	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE	26.736.047,49	22.080.366,01
Provisões de Eventos a Liquidar P/ SUS (a)	411.869,44	368.122,72
Provisões de Eventos a Liquidar Rede Credenciada (b)	10.260.732,86	8.683.133,06
Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados (c)	7.404.627,65	5.342.948,17
Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados SUS (d)	318.466,66	403.055,00
Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha (e)	8.340.350,88	7.283.107,06
NÃO CIRCULANTE	1.303.263,31	1.205.767,13
Provisões de Eventos a Liquidar P/SUS (f)	1.303.263,31	1.205.767,13

No passivo circulante são registradas:

(a) Provisões de eventos/sinistros a liquidar para SUS, que tem como objetivo reconhecer os valores de ressarcimento ao SUS por “eventos” ocorridos pelos beneficiários dos Planos de Saúde da Associação em unidades do SUS. Esta provisão é realizada com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI's), observando-se os critérios definidos no manual contábil das operações do mercado de saúde complementar, considerando o percentual histórico de cobrança (%hc), somado ao montante total cobrado nas Guias de Recolhimento da União (GRU) emitidas.

(b) Provisão para garantia de eventos já ocorridos na rede credenciada, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à Associação.

(c) Refere-se à provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) comunicada à ANS formalmente no Termo de Responsabilidade Atuarial - TRA do 4º trimestre de 2025.

(d) Refere-se a provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados sus (PEONA SUS), constituída a partir de metodologia da ANS disponibilizadas para todas as operadoras de saúde em seu site.

(e) PPCNG - Provisão de Prêmio/Contraprestação não ganha. Refere-se ao período de risco de cobertura contratual ainda não decorreu.

No passivo não circulante, o saldo encontra-se registrado:

(f) O valor de R\$ 1.303.263,31 (R\$ 1.205.767,13 em 31/12/2024) refere-se a provisão de eventos a liquidar para o SUS - Ação Judicial com Depósito Judicial, correspondente aos valores relacionados a ressarcimento ao SUS que foram objeto de processo judicial com exigência do depósito judicial do valor integral do débito.

13. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Estão assim demonstrados:

Conta	31/12/2025	31/12/2024
INSS a Recolher	784.836,15	794.284,39
FGTS a Recolher	2.482.940,80	2.384.253,90
Imposto de Renda Retido de Funcionários	2.347.407,09	2.404.922,78
Imposto de Renda Retido de Terceiros	261.501,14	228.847,02
Contribuições Previdenciárias Retida de Terceiros	671.873,45	596.844,23
Imposto Sobre Serviço Retido na Fonte	5.755,06	3.419,38
Outros Tributos e Encargos a Recolher	26.284,40	148.063,53
Total	<u>6.580.598,09</u>	<u>6.560.635,23</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Descrição	Circulante		Não - Circulante	
	2025	2024	2025	2024
Banco Cooperativo Sicredi (a)	465.724,51	466.367,66	1.591.225,43	1.856.888,73
Banco Cooperativo Sicredi (b finame)	90.739,38	115.365,22	-	96.137,68
Banco Cooperativo Sicredi (c)	283.338,17	283.120,75	141.669,09	424.681,13
Caixa Econômica Federal (d)	696.798,13	660.709,70	4.180.788,79	4.624.967,86
Caixa Econômica Federal (e)	3.263.183,93	3.086.729,06	3.263.183,92	6.173.458,11
Banco Cooperativo Sicredi (f)	74.439,99	-	6.000.000,00	
Banco Cooperativo Sicredi (g)	127.088,57	-	12.000.000,00	
Banco Cooperativo Sicredi (h)	85.904,25	-	10.000.000,00	
Banco Cooperativo Sicredi (i)	26.744,44	-	5.000.000,00	
Total	5.113.961,37	4.612.292,39	42.176.867,23	13.176.133,51

Os empréstimos e financiamentos estão registrados pelos valores contratuais, acrescidos de taxas de juros apropriados “*pro rata dia*”, sendo que:

- empréstimo contraído em 28/05/2024 em 60 parcelas, com vencimento inicial em 15/06/2025 e vencimento final em 15/05/2030. Encargos: encargos básicos de acordo com a remuneração acumulada da taxa referencial DI-Cetip Over (extra grupo) calculada e divulgada pela B3 com base nas operações de emissão de depósitos interfinanceiros, com adicional de taxa efetiva de 2,303978% a.a., capitalizados mensalmente, no vencimento, nas amortizações e na liquidação da dívida.
- financiamento contraído em 29/09/2023 em 32 parcelas, através de BNDES/FINAME, para compra equipamento hospitalar, com vencimento inicial em 15/04/2024 e final em 15/09/2026. Os juros serão sobre a taxa anual de 13,44%, capitalizados mensalmente.
- empréstimo contraído em 20 de dezembro de 2023 em 36 parcelas, sendo, o vencimento da primeira parcela 20/07/2024 e a última em 20/06/2027. Capital de Giro sem Destinação Específica. Os encargos básicos de acordo com a remuneração acumulada da taxa referencial DI-Cetip Over (extra grupo), com CDI + taxa efetiva de 2,426577% a.a, capitalizados mensalmente, no vencimento, nas amortizações e na liquidação da dívida.
- empréstimo contraído em 21/12/2022, em 120 meses sem carência, com vencimento em 10/12/2032, através da linha Caixa Hospitais FGTS – Reestruturação Financeira. Incide encargos financeiros de 7,66% a.a. + TR e taxa de risco de crédito de 2,50% a.a. Utilizada para liquidação do empréstimo do item “a”, que ocorreu em 02/01/2023.
- empréstimo contraído em 21/12/2022, em 60 meses sem carência, com vencimento em 10/12/2027, através da linha Caixa Hospitais FGTS – Capital de Giro sem Destinação Específica. Incide encargos financeiros de 7,66% a.a. + TR e taxa de risco de crédito de

2,50% a.a. Está sendo utilizado para continuidade da fase 3 de obra em andamento do novo Hospital da Associação

- f) empréstimo contraído em 02/01/2025 em 180 parcelas, com vencimento inicial em 05/02/2028 e vencimento final em 05/01/2043. Os encargos básicos de acordo com a remuneração acumulada da taxa referencial DI-Cetip Over (extra grupo), com CDI + taxa efetiva de 2,181513% a.a, capitalizados mensalmente, no vencimento, nas amortizações e na liquidação da dívida.
- g) empréstimo contraído em 11/04/2025 em 180 parcelas, com vencimento inicial em 20/10/2028 e vencimento final em 20/09/2043. Os encargos básicos de acordo com a remuneração acumulada da taxa referencial DI-Cetip Over (extra grupo), com CDI + taxa efetiva de 2,426577% a.a, capitalizados mensalmente, no vencimento, nas amortizações e na liquidação da dívida.
- h) empréstimo contraído em 10/07/2025 em 180 parcelas, com vencimento inicial em 10/05/2028 e vencimento final em 10/04/2043. Os encargos básicos de acordo com a remuneração acumulada da taxa referencial DI-Cetip Over (extra grupo), com CDI + taxa efetiva de 2,426577% a.a, capitalizados mensalmente, no vencimento, nas amortizações e na liquidação da dívida.
- i) empréstimo contraído em 21/10/2025 em 180 parcelas, com vencimento inicial em 15/08/2028 e vencimento final em 15/07/2043. Os encargos básicos de acordo com a remuneração acumulada da taxa referencial DI-Cetip Over (extra grupo), com CDI + taxa efetiva de 2,426577% a.a, capitalizados mensalmente, no vencimento, nas amortizações e na liquidação da dívida.

15. DÉBITOS DIVERSOS

A Associação possui débitos de diversas naturezas. No curto prazo estão apresentados os seguintes débitos:

CONTAS	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		
Obrigações com Pessoal	6.651.155,14	6.385.095,91
Provisões de Férias	14.070.189,65	13.412.901,02
Outras Obrigações com Pessoal	1.197.124,29	1.035.531,94
Total de obrigações com Pessoal	<u>21.918.469,08</u>	<u>20.833.528,87</u>
Obrigações com Terceiros		
Fornecedores	19.949.929,80	21.035.554,52
Depósito Beneficiário e de Terceiro	584.012,47	410.380,47
Passivo de Arrendamento (a)	996.725,71	872.541,50
Outros débitos a pagar	6.310.318,63	8.975.963,57
Total de obrigações com terceiros	<u>27.840.986,61</u>	<u>31.294.440,06</u>
Total de débitos diversos no curto prazo	<u>49.759.455,69</u>	<u>52.127.968,93</u>

NÃO CIRCULANTE

Débitos Diversos	70.765.552,59	59.464.723,35
Total de débitos diversos no longo prazo	70.765.552,59	59.464.723,35

O saldo por vencimento está assim distribuído:

Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	49.643.288,05	50.897.625,25
Vencidos de 0 a 30 dias	116.164,64	843.677,38
Vencidos há mais 30 dias	-	386.666,30
TOTAL	49.759.455,69	52.127.968,93

No longo prazo estão apresentados os seguintes débitos:

Conta	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de Longo Prazo	2.253.219,35	117.800,00
Subvenções Governamentais a Realizar (d)	15.418.968,38	7.627.323,91
Passivos de Arrendamentos (a)	-	436.058,10
Obrigações com terceiros (b)	20.241.634,86	18.431.811,34
Doações de Investimentos	29.851.730,00	29.851.730,00
Doação para investimentos (c)	3.000.000,00	3.000.000,00
TOTAL	70.765.552,59	59.464.723,35

a) Passivos de arrendamento.

Passivos de arrendamento

<u>Descrições</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Edificações	510.655,16	376.704,61
Máquinas e equipamentos	486.070,92	931.894,99
Total	996.726,07	1.308.599,60
Passivo circulante	996.725,71	872.541,50
Passivo não circulante	-	436.058,10
Total	996.725,71	1.308.599,60

b) Trata-se de aporte realizado pela Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social - Fundação Univates para futura disponibilização pela Associação de uma área física de 1.933,13 m², localizado no segundo pavimento do prédio do Hospital Tacchimed, em construção, e da antecipação de aluguel do estacionamento com Estacionamento Barossi, para o período de 6 anos a partir de maio de 2023.

c) Valor recebido de doador anônimo para aplicação exclusiva na construção do novo Hospital da Associação.

d) Os saldos das Subvenções Governamentais a Realizar (verbas publicas) remanescentes, estão assim demonstradas:

Fonte do Recurso	31/12/2025	31/12/2024
Convênio Ministério Saúde	9.767.776,98	6.550.139,91
Convênio Secretaria Estadual Saúde do RS	5.651.191,40	1.077.184,00
Total	<u>15.418.968,38</u>	<u>7.627.323,91</u>

No exercício de 2024, a Associação realizou captação e aplicou os recursos conforme demonstrado a seguir:

Movimentação de Verbas Públicas	Valor – R\$
Saldo em 31/12/2023	9.847.535,51
Captação de Recursos	905.420,00
Rendimento de Aplicação Financeira	10.210,23
Aplicação de Recurso	1.571.211,55
Devolução de Saldo Remanescente	34.920,93
Reclassificação para Curto Prazo	1.529.709,35
Saldo em 31/12/2024	<u>7.627.323,91</u>
Captação de Recursos	9.316.495,57
Rendimento de Aplicação Financeira	65.607,83
Aplicação de Recurso	1.589.630,67
Devolução de Saldo Remanescente	828,26
Saldo em 31/12/2025	<u>15.418.968,38</u>

16. PROVISÕES

As provisões para ações judiciais seguem os critérios estabelecidos pelas normas contábeis, inclusive aquelas específicas do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Parte-se, portanto, do pressuposto de que toda obrigação judicial que envolva saída provável de recursos será provisionada e, portanto, reconhecida como passivo. Na classificação da contingência quanto a probabilidade de perda, com a segurança necessária, a Administração leva em consideração a robustez da tese alegada e das provas disponíveis, os fundamentos legais e contratuais aplicáveis, a jurisprudência predominante e/ou pacificada, resultados anteriores de processos semelhantes da Associação e, principalmente, a evolução negativa ou positiva do processo em análise (os valores provisionados são revisados a cada fase processual, conforme resultados de perícias, sentenças, acórdãos e fase de cálculos). Os saldos referentes a provisões para ações judiciais estão demonstrados conforme a natureza da matéria discutida:

Passivo não circulante

Contas	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão para Contingências Trabalhista (a)	4.205.227,39	3.436.642,26
Provisão para Contingências Cíveis (b)	3.082.913,31	2.916.785,86
Provisão para Contingências Tributárias (c)	<u>291.060,47</u>	<u>287.034,94</u>
Total	<u>7.579.201,17</u>	<u>6.640.463,06</u>

- (a) Provisões para Contingências Trabalhistas: provisões referentes a ações judiciais movidas por ex-empregados da Associação, referente a pedidos de indenizações, principalmente, por Horas Extras, Adicional Noturno, Insalubridade e Verbas Rescisórias, com chance provável de perda;
- (b) Provisões para Contingências Cíveis: provisões referentes a ações judiciais cíveis, movidas por usuários dos planos de saúde da operadora e da rede própria hospitalar da Associação, referente a pedidos de indenizações, principalmente, por Danos materiais, Danos Morais, obrigação de fazer, obrigação de pagar e ressarcimentos;
- (c) Provisões para Contingências Tributárias: provisão referente a ações judiciais referente diferença de ICMS em decorrência das operações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CEEE.

A Associação também possui processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seu assessor jurídico. Dessa forma, a Associação não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

Processos com Risco de Perda Possível

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhista:	46.668.172,11	48.179.572,50
Tributárias:	159.574,76	145.726,10
Cíveis:	<u>55.514.287,30</u>	<u>64.257.479,80</u>
Total	<u>102.342.034,17</u>	<u>112.582.778,40</u>

Em 31/12/2025 a Instituição mantém o total de 471 ações judiciais cíveis e trabalhistas (447 em 31/12/2024), com risco de perda possível.

Para as ações cíveis, informamos o total de 225 ações (242 em 31/12/2024), com valores possíveis de perda no montante de R\$ 56.037.302,06 (2023: R\$ 64.257.479,80), tendo maior recorrência os pedidos de indenização por danos materiais e morais, pensão mensal vitalícia, obrigação de fazer e não fazer, obrigação de pagar e ressarcimento de despesas.

Quanto às ações trabalhistas informamos o total de 246 ações (205 em 31/12/2024), com valores possíveis de perda na ordem R\$ 56.968.172,11 (2023: R\$ 48.179.572,50), com diversos pedidos, sendo os mais recorrentes os pedidos de pagamento de horas extras, adicional noturno, insalubridade, verbas rescisórias, multa do art. 477/CLT, seguro-desemprego, hora noturna reduzida e danos materiais e morais.

Os processos cíveis contemplam demandas de assuntos variados, considerando que estão aí elencadas demandas relacionadas aos hospitais e à operadora de plano de saúde Tacchimed.

As ações judiciais são monitoradas diariamente pela Coordenação Jurídica da Instituição, com apoio de escritórios especializados, havendo enorme zelo e dedicação em relação ao seu acompanhamento

17. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Líquido é composto por absorção dos déficits e superávits de cada ano. É vedado à Associação distribuir seu superávit, devendo ser totalmente destinado à aplicação de recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais ou compensação de déficits.

<u>Contas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Patrimônio Social	139.215.625,44	132.336.987,43

18. CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS/PRÊMIOS GANHOS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Associação encerrou 2025 com um total de 66.507 beneficiários de plano de saúde (61.642 em 31 de dezembro de 2024).

Os faturamentos emitidos para cobertura dos planos de assistência médico/hospitalar, com cobertura pré-estabelecido e pós-estabelecido, em 31 de dezembro de 2025, estão divididos da seguinte forma:

<u>Contas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cobertura assistencial c/ preço pré-estabelecido Méd. Hosp.	330.039.399,27	298.603.417,49
(-) Contraprestações Canceladas, Restituídas ou Incobráveis	(1.155.613,05)	(1.167.349,46)
Variação das Provisões Técnicas sobre Contraprestações	-	2.213,28
Cobertura assistencial c/ preço pós estabelecido Méd. Hosp	26.307,21	-
Total	<u>328.910.093,43</u>	<u>297.438.281,31</u>

19. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS/SINISTROS RETIDOS

São registrados os eventos indenizáveis conhecidos e avisados, com preço pré-estabelecido de assistência médico-hospitalar, consultas, terapias, exames, internações e outros atendimentos. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário.

Modalidade de Pagamento	31/12/2025	31/12/2024
Modalidade Pré-estabelecido		
Eventos conhecidos ou avisados de assistência médico-hosp.	254.286.567,92	225.980.925,50
Eventos conhecidos ou avisados de assistência médico-hosp. Sistema Único de Saúde – SUS	582,438,81	548.112,84
Variação de Provisão Eventos Ocorridos e Não Avisados (a)	1.977.091,14	746.872,97
TOTAL	<u>256.846.097,87</u>	<u>227.275.911,31</u>

Em relação a utilização da rede de assistência as despesas com eventos estão distribuídas de seguinte forma:

Tipo de Pagamento	31/12/2025	31/12/2024
	Pré	Pré
Rede própria	140.398.283,51	127.659.947,47
Rede Contratada	111.571.102,81	96.247.324,82
Reembolso	2.317.181,60	2.073.653,21
SUS	582.438,81	548.112,84
TOTAL	<u>254.869.006,73</u>	<u>226.529.038,34</u>

(a) A Associação constitui provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados PEONA em atendimento à obrigatoriedade determinada pela ANS por meio do art. 3º da RN nº 274/2023, evidenciando mensalmente sua variação através de cálculo atuarial realizado por empresa independente., conforme demonstrado acima na Nota Explicativa 12 – Provisões Técnicas de Operação de Assistência a Saúde, item “c”.

20. RECEITA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADA COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Registram-se nestas contas as receitas de convênios e parcerias firmadas com empresas públicas e privadas, hospitalar e odontológico, atendimentos particulares, atendimentos aos beneficiários do sistema único de saúde (SUS) e receitas com incentivos governamentais obtidos por meio de captação de recursos públicos e aplicados nas atividades de saúde da Associação.

As receitas podem ser assim demonstradas:

Contas	31/12/2025	31/12/2024
Receita com Operações de Assist. Méd. Hospitalar	75.772.576,60	70.484.874,06
Receita com Operações de Assist. Méd. Hosp. SUS	83.869.883,13	79.913.156,60
Outras Receitas Operacionais Méd. Hospitalar (a)	4.171.800,46	2.006.933,31
Total	<u>163.814.260,19</u>	<u>152.404.963,97</u>

(a) As outras receitas operacionais estão assim demonstradas:

<u>Contas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
RECEITA COM DOACOES (Numerários e Bens)	152.137,50	462.004,14
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	286.211,00	291.353,39
RECEITAS COM ESTUDOS E PROJETOS	3.626.251,23	1.186.275,41
OUTRAS RECEITAS	107.200,73	67.300,37
Total	<u>4.171.800,46</u>	<u>2.006.933,31</u>

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

<u>Contas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas c/ operações de assist. Méd. Hospitalar (a)	<u>209.597.697,31</u>	<u>193.720.716,32</u>

(a) Registram-se nestas contas as despesas decorrentes de serviços prestados de assistência médico-hospitalares não relacionadas com a operação de planos de assistência à saúde da Associação, sendo substancialmente, despesas com pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenção, depreciação e amortização de ativos imobilizados e intangíveis, consumo de materiais, medicamentos e outros.

As despesas com operação de Assistência Médica Hospitalar estão assim demonstradas:

<u>Contas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas com Prestação de Serviços - Hospitalar	72.563.019,39	67.057.372,13
Despesas com Prestação de Serviços - Ambulatorial	27.965.309,46	29.592.909,64
Despesas com Prestação de Serviços - Outros	104.079.873,54	96.953.042,23
(-) Dedução Despesas com Prestação de Serviço	(428.350,27)	-
Prov. Sobre Créditos Não Relacionados Plano Saúde	767.814,14	113.592,11
Outras Despesas Operacionais	4.650.031,05	3.800,21
	<u>209.597.697,31</u>	<u>193.720.716,32</u>

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Registram-se nesta conta os gastos incorridos pela área administrativa da Associação, relacionados com a operação dos planos de saúde, de acordo com a RN 528/2022.

Abaixo, encontram-se as despesas administrativas, conforme plano de contas ANS:

Contas	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal próprio	12.896.279,75	11.946.298,28
Despesas com serviços de terceiros	6.555.975,59	6.062.913,59
Despesas com localização e funcionamento	3.931.326,64	3.751.385,10
Despesas com publicidade e propaganda institucional	1.237,00	2.319,60
Despesas com tributos	88.431,81	19.674,83
Despesas administrativas diversas	6.705.371,51	3.144.830,80
Total	<u>30.178.622,30</u>	<u>24.927.422,20</u>

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) As receitas financeiras da Associação são assim demonstradas:

Contas	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com aplicações financeiras	4.723.679,92	3.710.863,83
Receitas com juros e multas sobre contraprestações	519.597,13	506.125,06
Outras Receitas Financeiras (i)	3.662.540,80	2.109.248,06
Total	<u>8.905.817,85</u>	<u>6.326.236,95</u>

(i) Em 2024 foi contabilizada nesta conta a atualização monetária dos Precatórios da União a Receber no valor de R\$ 427.107,67. Já em 2025 foi reconhecido R\$ 2.456.605,30 da atualização do contrato de parceria para implantação do curso de medicina com a UNIVATES.

b) As despesas financeiras da Associação são assim demonstradas:

Contas	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com Empréstimos e Financiamentos	-	312.758,30
Outras Despesas Financeiras	265.066,63	597.154,21
Atualização Monetária (a)	2.369.338,25	1.620.852,08
Juros	3.816.879,19	1.294.188,77
Total	<u>6.451.284,07</u>	<u>3.824.953,36</u>

a) Foi registrado em atualização monetária, o valor correspondente a correção do Aporte do Contrato em parceria com a Univates no valor de R\$ 2.361.823,52.

24. FILANTROPIA

Segundo a Lei Complementar 187/2021, regulamentada pelo Decreto 11.791/2023 para a entidade ser certificada como entidade.

beneficente pela prestação de serviços ao SUS ela deverá:

- I. Celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor SUS; e
- II. Comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo e 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados.

Dessa forma, a Associação apresenta de forma consolidada os atendimentos realizados. Durante o exercício de 2025, foram prestados atendimentos aos pacientes SUS (Sistema Único de Saúde) pela Associação, medido por paciente/dia mais atendimentos ambulatoriais conforme critério da filantropia. Também adicionado ao percentual de prestação de serviços ao SUS, 1,5% para cada programa e estratégia prioritária do Ministério da Saúde, as quais a Associação aderiu. São elas:

I - Atenção obstétrica e neonatal;

II - Atenção oncológica;

III - atenção às urgências e emergências e

IV - Atendimentos voltados a pessoas com transtornos mentais e transtornos decorrentes do abuso ou dependência de álcool, crack e outras drogas.

Em 2025, a Associação alcançou um percentual de 67,66% (67,11% em 2024), conforme mapas estatísticos arquivados na Administração da associação; percentual este superior ao mínimo obrigatório de 60%.

A comprovação do atendimento mínimo de 60% aos Usuários do SUS, conforme o disposto nos normativos legais acima citados, estão contemplados de acordo com o quadro abaixo:

Exercício	2025	2024
Item	Percentual SUS	Percentual SUS
1. Internações (Paciente-dia)	51,66%	51,11%
2. Ambulatório (Limitado Legalmente a 10%)	10,00%	10,00%
3. Programas e estratégias prioritárias (Art. 170 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017, alterada pela Portaria GM/MS 7.235/2025). Disponibilização ao SUS de:		
I - Atenção Obstétrica e Neonatal	1,50%	1,50%
II - Atenção Oncológica	1,50%	1,50%
III - Atenção às Urgências e Emergências	1,50%	1,50%
VI – Atenção Psicossocial	1,50%	1,50%
TOTAL DE SERVIÇOS AO SUS	67,66%	67,11%

25. DAS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

A Associação é imune de contribuições sociais, conforme fundamento legal explanado na Nota explicativa nº 1.1, acima. A composição do valor usufruído está assim demonstrada:

Contas	31.12.2025	31.12.2024
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	-3.449.994,52	6.878.638,01
INSS Cota Patronal	-37.672.340,24	-36.850.438,53
Cofins	-15.165.259,73	-13.810.737,58
PIS s/ Folha de Pagamento	-1.322.985,11	-1.294.429,03
CSLL	-6.164.834,27	-5.472.903,50
Déficit do exercício caso a Instituição não usufruísse das imunidades	-63.775.413,87	-50.549.870,64

26. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - MODELO ITG 2002 (R1)

Abaixo encontra-se demonstrativo de resultado do exercício, conforme Modelo ITG 2002 (R1):

Contas	31.12.2025	31.12.2024
RECEITAS OPERACIONAIS	501.648.075,26	456.173.091,76
Com Restrição	1.585.884,18	1.571.211,55
Programa (Atividades) de Saúde	1.585.884,18	1.571.211,55
Sem Restrição	500.062.191,08	454.601.880,21
Receitas de Serviços Prestados	491.004.235,73	447.812.673,06
Contribuições e Doações Voluntárias	152.137,50	462.004,14
Ganhos na Venda de Bens	-	966,06
Receitas financeiras	8.905.817,85	6.326.236,95
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	-467.843.788,50	-422.050.008,96
Com Programas (Atividades)	-467.843.788,50	-422.050.008,96
Saúde	-467.843.788,50	-422.050.008,96
RESULTADO BRUTO	33.804.286,76	34.123.082,80
DESPESAS OPERACIONAIS	-37.254.281,28	-27.244.444,79
Administrativas	-30.356.850,73	-24.980.078,57
Salários	-10.378.354,12	-9.595.297,75
Encargos Sociais	-2.517.925,63	-2.350.968,37
Impostos e Taxas	-88.431,81	-19.674,83
Aluguéis	-262.636,13	-249.930,89
Serviços Gerais	-14.207.202,61	-10.070.478,77
Manutenção	-47.781,19	-101.729,34
Depreciação e Amortização	-2.676.290,81	-2.539.342,25
Perdas Diversas	-178.228,43	-52.656,37
Outras despesas/receitas operacionais	-6.897.430,55	-2.264.366,22
Receitas Patrimoniais	3.878.486,05	4.190.650,53
Despesas de Comercialização	-2.983.943,94	-2.630.063,39
Despesas Financeiras	-7.791.972,66	-3.824.953,36
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	-3.449.994,52	6.878.638,01

27. CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS exige que as operadoras de planos de saúde apresentem a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto. Nestes casos, a legislação vigente determina que se destaque a conciliação do superávit (déficit) na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

<u>Exercícios findos em:</u>	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(3.449.994,52)	6.878.638,01
(+) Depreciações e Amortizações	11.172.679,09	10.697.574,90
(+) Despesas Patrimoniais	178.228,43	548.896,72
(+) Despesas com Juros empréstimos	3.816.879,19	-
(-) Variações Monetárias Ativas	(2.115.610,16)	(1.748.219,09)
<u>Lucro Líquido Ajustado</u>	<u>9.602.182,03</u>	<u>16.376.890,54</u>
Variação nas Aplicações Financeiras	(4.984.341,54)	(5.599.928,06)
Variação nos Créditos Operacionais	(253.559,77)	(1.474.620,94)
Variação Créditos não vinculados Plano. Saúde	153.514,18	(1.887.010,71)
Variação Créditos tributários	-	(166.564,69)
Variação em Bens e Títulos a Receber	(2.620.636,45)	(3.762.723,38)
Variação em Despesas Antecipadas	(39.920,64)	(86.507,22)
Variação do ARLP	(9.246.846,62)	5.160.805,36
Variação Provisões Técnicas	4.655.681,48	2.773.561,18
Variação Débitos Operações Assistência à Saúde	11.392.196,10	296.153,09
Variação Tributos e Encargos Sociais a Recolher	19.962,86	495.627,57
Variação Débitos Diversos	(2.369.134,70)	(1.438.425,77)
Variação Provisões Técnicas - PNC	97.496,18	70.764,57
Variação Débitos Diversos – PNC	12.377.984,99	(2.319.037,04)
<u>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>	<u>18.784.578,10</u>	<u>8.438.984,50</u>

28. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

28.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Associação expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Associação.

A gestão de risco financeira é realizada pela Diretoria Executiva, Diretor Administrativo e Financeiro e Coordenação Finanças, e aprovada pelo Comitê de Finanças e Conselho de Administração. A Superintendência Executiva e Coordenação de Finanças analisam e recomendam instituições financeiras com baixo risco, utilizando o mesmo critério para recomendar ativos financeiros. O Comitê de Finanças e o Conselho de Administração, mediante os estudos apresentados definem parâmetros para concentração das operações financeiras por Associação e papel, como forma de proteção do caixa.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e de créditos decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares não relacionados aos planos de saúde da Operadora. A Superintendência Executiva e Coordenação de Finanças avaliam a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário ou débito em conta corrente.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Superintendência Executiva e Coordenação de Finanças. O gerenciamento do fluxo de caixa visa monitorar as previsões contínuas das exigências de liquidez da Associação para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, bem como, constituir as exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS.

A Associação investe o excesso de caixa gerado em papéis do mercado financeiro, alocando em ativos de acordo com a política de tesouraria já estabelecida, garantindo liquidez para o cumprimento das obrigações da Associação.

(c) Risco de mercado

O cenário econômico para os anos de 2026 e 2027, segundo o Boletim Focus divulgado em fevereiro de 2026, o mercado financeiro apresenta as seguintes projeções:

Inflação (IPCA): expectativa de 3,95% em 2026, dentro da meta contínua de 3% (intervalo de tolerância entre 1,5% e 4,5%). Para 2027, a projeção é de 3,8%.

Taxa Selic: estimada em 12,25% ao final de 2026, após ter encerrado 2025 em 15% (maior nível em quase 20 anos) e 10,50% para 2027.

PIB: crescimento projetado em 1,8% para 2026, com expectativa de aceleração gradual em 2027.

Câmbio (R\$/US\$): projeções indicam estabilidade em torno de R\$ 5,20–5,30, com volatilidade associada ao cenário externo e às eleições nacionais.

Taxa de desemprego: tendência de queda moderada, acompanhando a retomada do setor de serviços e construção civil.

O risco de taxa de juros da Associação decorre, principalmente, do seu volume de aplicações financeiras. Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Associação. Os efeitos sobre os ativos e passivos da Associação decorrem, principalmente, do volume de aplicações financeiras e da alavancagem de longo prazo. A maioria desses instrumentos financeiros tem como indexador o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que geralmente acompanha de perto a taxa SELIC. Assim, todas as variações na taxa de juros impactam diretamente o resultado da Associação.

No caso da alavancagem de longo prazo, uma redução na taxa de juros implica menor custo financeiro, diminuindo as despesas. Já nas aplicações financeiras, o efeito é inverso:

a queda da taxa de juros reduz a rentabilidade, impactando negativamente os ganhos obtidos com investimentos.

A política da Associação é de (a) garantir com aplicações financeiras as provisões técnicas exigidas pela agência reguladora, vinculando-as em favor da ANS nos termos da Resolução Normativa nº 419/2016 e suas alterações, e (b) aplicar o excedente no mercado financeiro, buscando as melhores taxas de mercado nas instituições financeiras.

28.2. Gestão de capital

Os objetivos da Associação ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Associação para oferecer benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2023, a Associação possui, aproximadamente, 14% (2022: 21%) do seu ativo total registrado como disponível e aplicações financeiras.

28.3. Estimativa do valor justo

Em função de suas características e prazos, a Administração acredita que o valor justo dos ativos e passivos financeiros da Associação em 31 de dezembro de 2023 se aproxima do valor contábil, portanto não efetuou uma divulgação separada para o valor justo.

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Associação está segurada em apólice que mantém Cobertura de seguro em valores considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. Sua cobertura é de 25 de agosto de 2025 até 25 de agosto de 2026 e abrange os valores em riscos declarados de todas as unidades, que totalizam o montante de R\$ 500 milhões para danos materiais e R\$ 250 milhões de lucros cessantes.

Documento assinado digitalmente
 **LEONARDO GIORDANI**
Data: 27/02/2026 11:38:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **ARILDO NADAL**
Data: 26/02/2026 17:19:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SANDRA REGINA
ODELI:79623387920
2026.02.26 16:48:54 -03'00'

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Membros do Conselho Fiscal

ASSOCIAÇÃO DR. BARTHOLOMEU TACCHINI

Bento Gonçalves – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO DR. BARTHOLOMEU TACCHINI**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas Demonstração do Resultado, Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO DR. BARTHOLOMEU TACCHINI**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores independentes, com relatório de opinião emitido em 27 de fevereiro de 2025, sem ressalva.



(51) 3269.3299



Rua Dr. Mario Totta, 714, sala 301
Porto Alegre, RS - CEP 91920-130



(51) 99714.9496



contato@dickelemaffi.com.br

#ConfiançaÉoQueFazHistória

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada



(51) 3269.3299



Rua Dr. Mario Totta, 714, sala 301
Porto Alegre, RS - CEP 91920-130

#ConfiançaÉoQueFazHistória



(51) 99714.9496



contato@dickelemaffi.com.br

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



(51) 3269.3299

Rua Dr. Mario Totta, 714, sala 301
Porto Alegre, RS - CEP 91920-130

(51) 99714.9496



contato@dickelemaffi.com.br

#ConfiançaÉoQueFazHistória

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Porto Alegre/RS, 20 de fevereiro de 2026.

DICKEL & MAFFI – Auditoria e Consultoria S.S.
CRC/RS 3.025/O-0



Assinado de forma digital por
joseadair@dickelemaffi.com.br
Dados: 2026.02.27 12:48:27
-03'00'

JOSÉ ADAIR PLATEN OURIVES
Contador CRC/RS 039.195/O-0



(51) 3269.3299



Rua Dr. Mario Totta, 714, sala 301
Porto Alegre, RS - CEP 91920-130



(51) 99714.9496



contato@dickelemaffi.com.br

#ConfiançaÉoQueFazHistória

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Associação Dr. Bartholomeu Tacchini, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal.

A Associação é uma entidade filantrópica, composta por associados membros da comunidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo completado 101 anos de atuação em 2025. Ao final do exercício, contávamos com 2.065 colaboradores ativos, distribuídos nas seguintes Unidades de Negócio: Hospital Tacchini Bento Gonçalves, Hospital Tacchini Carlos Barbosa, Plano de Saúde Tacchimed, Instituto Tacchini de Pesquisa em Saúde e Residencial Elisa Tramontina.

Dispomos de 335 leitos hospitalares, sendo 30 leitos de UTI Adulto, 10 leitos de UTI Pediátrica e 10 leitos de UTI Neonatal. Somos referência regional em serviços de alta complexidade nas áreas de oncologia, nefrologia, gestação de alto risco, urgência e emergência e psiquiatria. Em 2025, 67,66% dos atendimentos hospitalares foram destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), reafirmando nosso compromisso filantrópico.

A carteira do Plano de Saúde Tacchimed encerrou o exercício com 66.507 beneficiários, registrando crescimento de 7,89% em relação ao ano anterior.

Em rede própria foram realizados 54,66% dos atendimentos hospitalares e ambulatoriais aos beneficiários da operadora. Destaca-se o Tacchimed Espaço Saúde, estruturado em quatro unidades, com atendimento multiprofissional e programas assistenciais especializados, incluindo dor crônica, cirurgia bariátrica, reabilitação neurológica, linha materno-infantil, saúde mental, atendimento a pacientes com transtorno do espectro autista, vacinação e pilates.

Também desenvolvemos programas preventivos voltados ao câncer de mama, câncer de colo de útero, tabagismo, diabetes e doenças crônicas. São disponibilizados atendimentos previstos no Rol da ANS, abrangendo assistência nutricional, psicológica, fisioterapêutica e fonoaudiológica, além de suporte do serviço social.

Nossa missão é oferecer soluções integradas em saúde, contribuindo para a qualidade de vida das pessoas, com crescimento sustentável. Nossos valores — empatia, ética, trabalho em equipe, inovação, excelência e sustentabilidade — orientam nossas decisões e práticas. Nossa visão institucional reforça o compromisso com a promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio de equipes de alta performance e incorporação contínua de conhecimento aplicado.

Atuamos em conformidade com o Estatuto Social, a Lei Complementar nº 187/2021 (Filantropia), a Lei nº 9.656/1998 (Planos de Saúde) e demais legislações aplicáveis ao setor.

O Planejamento Estratégico, adotado desde 1993, é revisado anualmente pela Alta Administração, utilizando ferramentas como as Cinco Forças de Porter e Matriz SWOT. O ciclo vigente mantém foco na consolidação do projeto de expansão, incluindo a inauguração, em 2026, das unidades de Diagnóstico e Hospital-Dia no Tacchini Medical Center, bem como da Unidade de Cuidados Intermediários em Pediatria, em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

A Associação possui modelo de governança estruturado, com participação ativa do Conselho de Administração e comissões temáticas permanentes, fortalecendo a transparência e a qualidade das decisões estratégicas. O processo sucessório é formalizado e estruturado, garantindo continuidade administrativa e estabilidade institucional.

Em atendimento à RN nº 594/2024, declaramos que, no exercício de 2025, não foram identificadas operações suspeitas passíveis de comunicação ao COAF, nos termos da Lei nº 9.613/1998.

No exercício, foram captados R\$ 13,6 milhões em recursos públicos, destinados integralmente às atividades vinculadas ao SUS, sendo R\$ 9,3 milhões para investimentos e R\$ 4,3 milhões para custeio.

O resultado operacional foi impactado principalmente por:

- Limitação de repasses de custos assistenciais aos preços praticados;
- Defasagem histórica das tabelas do SUS;
- Ampliação do Rol da ANS e aumento da judicialização, com reflexos nas despesas assistenciais.

A sinistralidade do Plano de Saúde encerrou 2025 em 78,09% (76,41% em 2024), mantendo-se abaixo da média do segmento filantrópico, que até o 3º trimestre de 2025 registrava 80,1%.

Os investimentos totalizaram R\$ 46,66 milhões no exercício, sendo R\$ 13,03 milhões destinados a obras e benfeitorias e R\$ 33,63 milhões à aquisição de equipamentos médico-hospitalares. Destaca-se o investimento de aproximadamente R\$ 32 milhões no Tacchini Medical Center, diferencial

estratégico para os beneficiários do Tacchimed e fortalecimento da sustentabilidade econômica.

Ambos os hospitais mantêm acreditação ONA Nível III, reafirmando o compromisso com excelência e segurança assistencial. No Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), referente ao ano-base 2024, a operadora alcançou nota 0,7538, posicionando-se entre as mais qualificadas do país.

A sustentabilidade institucional é tratada sob os pilares econômico, social e ambiental. No âmbito ambiental, mantemos o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), assegurando adequada classificação, segregação, tratamento e destinação final dos resíduos.

O Planejamento Estratégico 2026-2030 estabelece diretrizes centradas em disciplina operacional, foco no cliente e rigor no acompanhamento de indicadores estratégicos, como EBITDA, taxa de ocupação, sinistralidade e NPS, reforçando o compromisso com eficiência, geração de valor e sustentabilidade de longo prazo.

A Administração reafirma seu compromisso com a transparência, a responsabilidade social e a sustentabilidade econômico-financeira, agradecendo aos colaboradores, corpo clínico, parceiros, associados e à comunidade pela confiança depositada em nossa Instituição.

Atenciosamente.

Documento assinado digitalmente
 **LEONARDO GIORDANI**
Data: 27/02/2026 11:39:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEONARDO GIORDANI
Presidente